

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO VALE DO RIBEIRA(SP): AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Elson Alves da Silva¹

Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, Sorocaba, SP, Brasil.

Luiz Marcos de França Dias²

Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-Graduação em Educação, Sorocaba, SP, Brasil.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir o histórico de ausências, avanços e desafios da educação escolar em comunidades quilombolas da região do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo. Adotaremos como recorte de análise os quilombos localizados no município de Eldorado, especificamente um grupo de 7 territórios localizados na microrregião. A metodologia consiste em análise histórica e bibliográfica, a partir de pesquisas e escritos sobre a região. A ideia central deste artigo está na discussão de como o movimento social quilombola, mesmo em meio aos entraves postos pelas diferentes esferas governamentais, têm demandado execução de políticas ao estado, sobretudo de educação, que é nosso foco aqui.

Palavras-chave: Território quilombola; educação escolar quilombola; política pública.

QUILOMBOLA SCHOOL EDUCATION IN THE RIBEIRA VALLEY (SP): PROGRESS, CHALLENGES AND FUTURE PROSPECTS

¹ É nascido e criado no Quilombo Ivaporunduva. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba – UFSCAR-So, bolsista CNPQ, mestre em Educação: História, Política, Sociedade, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, graduado em Pedagogia e História é ex-bolsista do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford, Professor efetivo na Rede Municipal de Ensino de Jacupiranga-SP. E-mail: negroelson@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0005-0614-1423> | <https://lattes.cnpq.br/9849949808532884>

² Quilombola do Quilombo São Pedro, no Vale do Ribeira-SP, integrante do Ponto de Cultura Puxirão Bernardo Furquim. Coordenador do Coletivo Nacional de Educação da CONAQ e Coordenador Estadual de Quilombos-SP. Docente da Rede Estadual de Ensino de São Paulo, graduado em Letras e Pedagogia, pesquisador, mestre em Educação (UNIMEP) e doutorando em Educação (bolsista CAPES). E-mail: luizketu@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-7939-1176> | <http://lattes.cnpq.br/8062351506985664>

ABSTRACT

The aim of this article is to discuss the history of absences, progress, and challenges in school education in quilombolas communities from the region of Vale do Ribeira, State of São Paulo. We will analyze the quilombos located in Eldorado City, specifically a group of seven territories located in the micro-region. The methodology consists of historical and bibliographical analysis, based on research about the region. The central idea of this article is to discuss how the quilombola social movement, even amid the obstacles posed by the different governmental spheres, has demanded the implementation of state policies, especially education, which is our focus here.

Keywords: Quilombola territory; Quilombola school education; public policy.

EDUCACIÓN ESCOLAR QUILOMBOLA EN EL VALLE DEL RIBEIRA (SP): AVANCES, DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS DE FUTURO

RESUMEN

El objetivo de este artículo es discutir la historia de las ausencias, los avances y los desafíos de la educación escolar en las comunidades quilombolas de la región de Vale do Ribeira, en el estado de São Paulo. Analizaremos los quilombos localizados en el municipio de Eldorado, específicamente un conjunto de 7 territorios localizados en la microrregión. La metodología consiste en un análisis histórico y bibliográfico, basado en investigaciones y escritos sobre la región. La idea central de este artículo es discutir cómo el movimiento social quilombola, incluso en medio de los obstáculos planteados por las diferentes esferas gubernamentales, ha exigido la implementación de políticas estatales, especialmente la educación, que es nuestro foco aquí.

Palabras-clave: territorio quilombola; educación escolar quilombola; políticas públicas.

L'ENSEIGNEMENT SCOLAIRE QUILOMBOLA DANS LA VALLEE DE RIBEIRA (SP): PROGRÈS, DÉFIS ET PERSPECTIVES D'AVENIR

RÉSUMÉ

L'objectif de cet article est de discuter de l'histoire des absences, des progrès et des défis de l'éducation scolaire dans les communautés quilombos de la région de Vale do Ribeira, dans l'État de São Paulo. Nous analyserons les quilombos situés dans la municipalité d'Eldorado, plus précisément un groupe de 7 territoires situés dans la microrégion. La méthodologie consiste en une analyse historique et bibliographique, basée sur des recherches et des écrits sur la région. L'idée centrale de cet article est de discuter de la manière dont le mouvement social quilombo, malgré les obstacles posés par les différentes sphères gouvernementales, a exigé la mise en œuvre de politiques étatiques, en particulier dans le domaine de l'éducation, qui est notre sujet principal.

Mots-clés: territoire quilombo; éducation scolaire quilombo; politiques publiques.

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: PALAVRAS INICIAIS

A Educação Escolar Quilombola³ acontece em um determinado contexto, tempo e espaço, inseridos ou não, em um território quilombola. Ela é, também, objeto de luta desde sua constituição como direito aos sujeitos de direito, por isso não se dissocia de um campo maior, de embate político, histórico, social, ambiental, que envolve diferentes agentes. Desta forma, a luta travada por ela não pode ser encarada como algo fragmentado, dissociado das demais; por isso, ilustraremos, inicialmente, mesmo que de forma rápida e sucinta, esse contexto de inserção da Educação Escolar Quilombola, foco deste escrito.

Historicamente, as comunidades quilombolas têm tido seus direitos negados e quando esses são conquistados, nem sempre são efetivados pelo estado brasileiro. Após mais de 300 anos de escravização, o primeiro ato sólido de reconhecimento de direitos a esses povos foi o Artigo 68 da Constituição Federal de 1988, ocorrido nada menos que um século depois da assinatura da Lei Áurea, em 1888; ambos demandados, pelos movimentos sociais negro e abolicionista, respectivamente.

O último censo populacional, realizado em 2022, computou uma população de 1.327.802 quilombolas, em mais de 6 mil territórios quilombolas, distribuídos em 1969 municípios, em quase todos os estados do país⁴. No estado de São Paulo, dados da Coordenação Estadual de Quilombos (CONAQ estadual), do mesmo ano (2022), apontam a existência de ao menos 60 territórios quilombolas, sendo apenas 36 reconhecidos pelo estado e somente 9 titulados. Essa morosidade no processo de titulação inviabiliza e dificulta o acesso a políticas públicas diversas e deixa as comunidades mais vulneráveis a diferentes tipos de ameaças e restrição de direitos. Na região do Vale do Ribeira, localizada entre os estados de São Paulo e Paraná, o embate não se difere daqueles presentes em outros territórios Brasil afora (SOUZA, 2008, p.46). Por aqui, o contexto local acumula, infelizmente, histórico de assassinatos e tentativas de homicídio de lideranças quilombolas; invasão de territórios por fazendeiros,

³ Pontuamos aqui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, instituída pela Resolução CNE/CEB nº08/2012.

⁴ <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/22327-quilombolas.html>

palmeiros e garimpeiros; sobreposição de Unidades de Conservação aos territórios; projetos de construção de barragens, além da morosidade nos processos de reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios ancestrais.

Os resultados dos estudos realizados sobre a educação escolar quilombolas estão marcados pela discussão sobre a herança das desigualdades sociais/raciais, que atravessam a história da população quilombola, podem ser compreendidas pelo racismo estrutural (ALMEIDA, 2018, p.36; CUNHA, 2007, p.73) imbricado sistematicamente em todas as esferas da sociedade capitalista. As autoras Barbara Souza e Givânia Silva (2021) apontam que:

Diversas barreiras no acesso a políticas públicas fundamentais, como educacionais, as de saúde, as ambientais e as voltadas à regularização fundiária de seus territórios tradicionais, estão presentes há gerações nas comunidades. O significativo grau de vulnerabilidade nos quilombos se aprofunda em situações de crises graves como a atual. A limitada garantia dos territórios quilombolas é um dos elementos que devem ser destacados (SOUZA; SILVA, 2021, p. 85)

O lugar de partida da nossa voz de anúncio e denúncia⁵ para o mundo, através das palavras deste escrito, nosso lugar de nascimento e morada, são as comunidades quilombolas São Pedro e Ivaporunduva, localizadas na região e estados supra descritos, especificamente no município de Eldorado, que conta com 13 territórios quilombolas. Segundo dados do último censo, realizado em 2022, 17,2% da população eldoradense se autodeclara quilombola. Mesmo com o maior número de quilombos do estado, a relevância histórica e cultural desses povos para a constituição do município, bem como a presença de vasta área de preservação ambiental nesses territórios, entre outros fatores, não há políticas públicas municipais específicas para tal povo. Tal fato alinha-se a um contexto maior, de supressão e negação de direitos, visando a manutenção hierárquica do conceito ideológico de raça (MUNANGA, 2005, p. 22) e a centralização de capital, que perdura na modernidade/ colonialidade, ancora a continuidade de privilégios de parte da sociedade e forja a subalternização de povos e comunidades tradicionais (QUIJANO, 2009, p.113; DUSSEL, 2016, p.51). É nesse contexto de embates que se insere a Educação Escolar Quilombola,

⁵ Pautamos nossa fala baseada em Grada Kilomba (2019) ao pontuar que o sistema racista sempre desqualificou ou calou nossas vozes negras quilombolas, onde não negros, por tempos têm nos “representado” e se tornado “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós.

nosso foco neste escrito.

EDUCAÇÃO ESCOLAR NOS QUILOMBOS DO VALE DO RIBEIRA-SP

O objetivo nessa seção é apresentar como tem se dado o embate pela educação escolar quilombola na região do Vale do Ribeira, São Paulo, a saber, em escolas quilombolas ou com demanda⁶, da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e na Rede Municipal de Educação, de Eldorado, mas não sem considerar o contexto maior. Antes, porém, mesmo que não de forma detalhada, faz-se necessária abordagem sobre a concepção da Lei 10.639/03 e Resolução CNE/CEB 08/2012, embora, de forma sucinta, seja necessário rememorar. Ambos os dispositivos fazem parte de um rol de conquistas alcançadas pelos movimentos sociais negro e quilombola nas últimas décadas, após lutas e disputas⁷. A Lei 10.639/2003 advém da necessidade de inserção da temática negra em sala de aula e evidência desse povo como produtor de conhecimento e construtor deste país. Ao alterar⁸ a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB- Lei 9394/96), ela diz a respeito, portanto, a todas as instituições de ensino básico do país, apontando a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas e incluindo no calendário escolar o dia 20 de Novembro como Dia Nacional da Consciência Negra.

A Resolução CNE/CEB 08/2012, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola é, também fruto de reivindicação histórica do movimento social quilombola e do movimento social negro, na busca de uma educação emancipadora, cujo aprendizado considerasse, também os nossos saberes inscritos em nossos territórios coletivos ancestrais. Ocorre que, a criação de dispositivos legais é essencial para fundamentar toda e qualquer política, porém não garante por si só que

⁶ Diz-se de escola quilombola aquela que se localiza dentro de território quilombola. Escola com demanda é denominada aquela que recebe estudantes quilombolas, mas não está localizada dentro de território quilombola.

⁷ Entre outros dispositivos estão o Decreto Federal 4887/03, a Lei de Cotas (Lei nº 12.990/14), O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº12.288/10), o Decreto Federal 6.040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.

⁸ A Lei 10639/03 inclui os Artigos 26-A e 79-B na LDB, que versam o exposto no texto acima.

essa vá ser implementada. Eis que chegamos às especificidades do contexto do nosso estudo: o município de Eldorado.

Vale ressaltar que os fatos não serão aqui abordados de forma linear, organizados por ano/época de ocorrência, mas, seguiremos o fluxo da história de forma circular, inspirados nas histórias orais, cotidianas em nossos territórios, herança da tradição oral (HAMPATÉ BÂ, 2010, p.169); possibilitando a retomada e a ligação de um assunto ao outro, sem necessariamente estarem conectados, aparentemente por datas subsequentes.

A pesquisadora feminista, aquilombada no Quilombo São Pedro, doutora Márcia Cristina Américo (2015), ao analisar o contexto de famílias do Quilombo Ivaporunduva, identificou que o processo de escolarização ocorreu de forma tardia e precária nas últimas décadas do século XX (AMÉRICO, 2015, p.237). O contexto não difere de outros quilombos vizinhos como Galvão, André Lopes, São Pedro, Nhunguara, Pedro Cubas, Sapatú, Pilões, Piririca, Ostra e Maria Rosa, que compartilham estreitos laços de parentesco e contexto histórico ligado ao período de exploração de ouro na região⁹ (CARRIL, 1995, p.123; CARVALHO, 2006, p.10; STUCCHI, 1998, p.08). Somente após a articulação das comunidades quilombolas, sobretudo a partir da década de 1980, é que foram implementadas escolas de Ensino Fundamental I em todos os territórios. A pesquisa etnográfica, que trouxe um panorama da realidade da educação escolar entre os períodos de 1932 a 2013, discutidos a partir dos relatos de quilombolas, mostra que a educação é, historicamente um projeto político comunitário quilombola, que envolve, também movimentos sociais, os quais eles integram, visando acesso e permanência a uma educação de qualidade (AMÉRICO, 2015, p.237). Tal reivindicação insere-se no rol de tantas outras visando o fortalecimento comunitário e a resistência quilombola nos territórios coletivos.

Em alguns territórios quilombolas da região, somente em meados da década 1980 é que a escola foi institucionalizada. Antes disso, as aulas eram

⁹ Conforme apontam as autoras citadas, a exploração de ouro no Vale do Ribeira, foi a base do primeiro ciclo econômico da região e do país. Esta foi a porta de entrada para que europeus se utilizassem de mão de obra negra africana para escravização. Esse processo culminou no surgimento das comunidades quilombolas da região.

ministradas por professoras leigas, não integrando um sistema de ensino, sem qualquer tipo de registro ou documentação oficial. Isso foi evidenciado, a partir dos anos 2000, quando muitos avôs e avós, retornaram para as escolas, para concluir a Educação Básica, mas nenhum arquivo de comprovação de escolaridade era encontrado nos acervos municipais e estaduais, se tratando de residentes em territórios rurais, sobretudo negros. Os agora estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) passavam por provas de proficiência, para atestar os conhecimentos e, a partir delas, serem direcionados para as séries/anos correspondentes ao aprendizado.

A organização das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira-SP, em defesa dos seus territórios coletivos, contra as opressões historicamente sofridas, geram historicamente várias frentes de luta política. A primeira delas é o enfrentamento às ameaças, invasões e usurpação dos territórios, através da criação de uma instituição/movimento coletivo. O exemplo da criação da Associação Quilombo São Pedro, fundada em 1980, na época nomeada de associação de bairro, por não existir o direito constitucional, já que a Constituição Federal de 1988 só foi promulgada 8 anos mais tarde (BERLANGA, 2017, p.226; DIAS, 2020, p.71), nos remete a essência da luta e resistência quilombola, que é o território coletivo ancestral. Após a Carta Magna, todas as comunidades passam a se mobilizar em prol da reivindicação dos direitos recém postos no documento.

A segunda frente de luta política que elegemos aqui, por ser objeto de nosso estudo, é a educação. Já na década de 1990, com as escolas locais de 1ª a 4ª série¹⁰ oficializadas, ainda não era suficiente para conclusão da educação básica. Logo, os estudantes tinham que se deslocar, de ônibus, para a cidade ou distrito, localizados há 60 km e 45 km, respectivamente, do quilombo mais distante. Era comum jovens e crianças saírem de suas casas às 3 ou 4 horas da madrugada, a pé, para pegar a perua-kombi, depois atravessar de balsa e em algumas comunidades de canoa, para então pegar o ônibus (FIORAVANTI, 2015, p.76; DIAS, 2020, p.17). O retorno em casa era apenas às 14h30. Essa

¹⁰ Até o ano de 2006 o Ensino Fundamental era composto por 8 anos, sendo o primeiro ciclo, da 1ª à 4ª Série e o segundo, da 5ª a 8ª série. A partir dessa data, os anos iniciais estendem-se do 1º ao 5º e os anos finais, do 6º ao 9º ano.

realidade foi se modificando anos mais tarde, pelo fortalecimento da luta através da confluência do movimento social local com os movimentos negro e quilombola nacionais, de modo especial à Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

No ano de 1999 a Associação do Quilombo Nhunguara já denunciava, através de carta enviada ao Grupo Gestor de Quilombos¹¹, o fato de crianças e jovens terem que caminhar quilômetros a pé para tomar o ônibus para cursar os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, além disso, a carta denúncia, também trazia a reivindicação de uma escola em território quilombola (PAZ, 2014, p. 60). Podemos dizer que tal queixa e ao mesmo tempo petição pode ser estendida aos anseios das demais comunidades vizinhas, uma vez que enfrentam a mesma problemática, historicamente. Dessa forma, após décadas de reivindicações, que remontam os anos 1970 (AMÉRICO, 2015, p.237), no ano de 2001 o Governo do Estado de São Paulo, através do Decreto nº 45.624/01 criou a Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa, atendendo a reivindicação das comunidades.

Como o tempo dos trâmites e burocracias governamentais não correspondem à necessidade de quem sofre o racismo cotidianamente ao ir para a escola, então no ano de 2002, reunidas no VII Encontro de Quilombos do Vale do Ribeira, representantes de diversas comunidades quilombolas da região escreveram uma carta, enviada ao Conselho Nacional de Educação, com mais de 10 pontos de reivindicação. Entre elas estavam a construção de escolas, melhoria na qualidade de ensino, oferta de educação diferenciada, condizente com a realidade dos estudantes, alimentação escolar de qualidade, entre outros. Somente mais tarde, no ano de 2006, a EE Maria Antonia Chules Princesa iniciou suas atividades no Quilombo André Lopes, atendendo também

¹¹ O Grupo Gestor de Quilombos foi criado através da instituição do Decreto Estadual nº 41.774/97. Tal normativa instituiu um Programa de Cooperação Técnica e Ação Conjunta para identificação, discriminação e legitimação de terras devolutas do Estado, ocupadas pelos remanescentes de quilombos. O colegiado contava com representantes de vários órgãos estaduais, entre eles, Secretarias de Justiça e Cidadania, Educação, Agricultura, Meio Ambiente, Cultura, Procuradoria Geral, entre outros, além de setores não governamentais como Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho da comunidade negra, entre outros.

estudantes de outros 6 territórios: Nhunguara, Sapatú, Ostras, Ivaporunduva, Galvão e São Pedro.

Com a construção da referida unidade de ensino, as distâncias percorridas pelos estudantes passaram a ser menores. Aqueles que residem no território mais distante, agora tomam o ônibus às 6h da manhã e não mais às 4h30; porém, é necessário atentarmo-nos ao fato de que construir escola em território quilombola e encurtar as distâncias contribui significativamente na aprendizagem, mas não, necessariamente, significa implementar uma educação escolar quilombola, de fato. Historicamente, essa tese, muito infelizmente, vem sendo reafirmada e mantida por parte dos poderes públicos municipais e estadual, explícitos através das ações (ou da falta delas), que tem afetado a educação escolar em comunidades quilombolas.

No ano de 2015 a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em parceria com movimentos sociais quilombola, negro e de educadores populares, realizou um ciclo de quatro audiências públicas para debater sobre o tema educação diferenciada no Vale do Ribeira, levantar demandas e avaliar a implementação de políticas públicas de educação escolar quilombola, indígena e do campo. Os encontros foram realizados nos municípios de Cananéia, Eldorado, Iporanga e Barra do Turvo e tiveram massiva participação de povos e comunidades tradicionais da região, que, por sua vez, denunciaram a negação e supressões de direitos e apontaram “diversas irregularidades relacionadas à prestação dos serviços escolares”, entre elas a oferta de merenda escolar não adequada aos hábitos alimentares locais; transporte inadequado, com falhas ou inexistente; ausência de cursos de formação para docentes, que por vezes não têm familiaridade com o ambiente de inserção da escola; falta de currículo e atividades pedagógicas que valorizem os saberes locais, a resistência pelo território e o modo de vida dos povos locais, entre outros (NASCIMENTO; TEIXEIRA, 2020, p.11). Nesse sentido, concordando com Maria Walburga dos Santos, ao pesquisar a relação entre o lúdico, o brincar e os saberes da terra no Quilombo Bombas, se “a educação mesmo em espaços e processos informais, é mediada e compreendida pelos traços culturais da comunidade” (SANTOS, 2010, p. 62), então a escola deve estar em consonância com os territórios

locais. Nesse sentido, as reivindicações dos povos e comunidades tradicionais no campo da educação estão estritamente entrelaçadas com o fortalecimento deste público, em seus territórios, e são somadas a outras demandas, como a de inserção de jovens nas universidades e possibilidade do retorno deles aos seus locais de origem colaborando na gestão territorial.

O ciclo de audiências públicas teve em sua comissão de organização, quilombolas membros das associações de seus respectivos territórios, que acessaram curso universitário em municípios distantes de Eldorado, através de políticas públicas, mas retornaram e permaneceram nos quilombos. Sobretudo a partir dos anos 2000, alguns jovens conseguiram acessar licenciaturas em instituições de ensino superior, através de bolsa de estudos. Muitos acabaram retornando, sem concluir os cursos, por não terem condições financeiras de permanecer nas grandes cidades. Já os que conseguiram finalizar os cursos, evocam dois processos: o primeiro é a provocação da academia para observação de outros saberes, deslocando o “produzir conhecimento sobre”, para o “produzir conhecimento com” os sujeitos, agora presentes nesses espaços. Nesse sentido, Nilma Lino Gomes, pontua que o comprometimento forjado pelos diversos movimentos sociais nas universidades propiciou o desencadear de produção de conhecimento que extrapola “a tendência ainda hegemônica no campo das ciências humanas e sociais de produzir conhecimento ‘sobre’ os movimentos e os seus sujeitos” (GOMES, 2009, p.421). O segundo processo diz respeito à inserção desses jovens nos diferentes campos de luta, como a pauta de regularização fundiária/territorial, ambiental e da educação. O incessante processo de formação vai ocorrendo concomitante às lutas. A nossa inserção no espaço universitário não pode ser simplesmente estética, mas sim levamos conosco a nossa corporeidade, o “nosso território, o nosso pensar e os nossos saberes” (SILVA, 2021, p.72) para esse espaço. Ao estar em salas de aula, como docentes nas redes públicas de ensino, esses “intelectuais engajados” (GOMES, 2009, p.496), passamos a tensionar o espaço escolar, que, aos poucos, muito vagarosamente, vai sendo obrigado a deslocar-se de promotor de conhecimentos hierarquizados/hierarquizantes e,

portanto, hegemônicos, para espaço de promoção de educação para equidade e reconhecimento de outros saberes como válidos.

É necessário pontuar que o movimento das comunidades quilombolas, através das associações locais, pautado na necessidade do acesso à universidade, para além das bolsas de estudos, ofertadas, geralmente em instituições e cidades distantes, ocorreu também no sentido de trazer possibilidades de oferta de ensino superior no centro do município de Eldorado. Dessa forma, no ano de 2007, após diversas reuniões, envolvendo também membros de outros territórios quilombolas e do movimento negro, a Associação Quilombo Ivaporunduva, firmou parceria com a Universidade Metodista de São Paulo e foi criado um polo de graduação EAD (Educação a Distância) no centro do município. No mesmo ano, o gerenciamento do polo passou a ser realizado pelo recém-criado Centro de Educação, Profissionalização e Cultura Empreendedora (CEPCE), uma organização não governamental e sem fins lucrativos, fundada por quilombolas e não quilombolas, com objetivo de dar suporte às comunidades, para além do ensino à distância. Após ter recebido mais de 120 alunos, sendo cerca de 15 quilombolas que conseguiram finalizar a graduação, com apoio financeiro de padrinhos para as mensalidades, o centro fechou as portas, após não quilombolas assumirem a gestão e pelo não apoio da prefeitura local. Ao certo que essa é uma das diversas ações que o movimento quilombola realizou, no campo da educação, mas para além do município, outras demandas também foram solicitadas, por exemplo, ao Governo do Estado, especificamente à Secretaria de Estado de Educação.

No ano 2011, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação de São Paulo, foi criado o Núcleo de Inclusão Educacional, que fomentou a criação do Conselho Estadual de Educação Escolar Quilombola, em 2013; este, composto por representações quilombolas de todo o estado, membros de universidades estaduais e de secretarias governamentais. Essas possibilidades de educadores e educadoras quilombolas e demais lideranças, demandarem do estado em espaços criados para isso, tiveram como desdobramentos ações de formação de docentes, formação e visita de técnicos de diversos setores do

governo à realidade de uma comunidade quilombola, escrita de material¹² de apoio para as escolas, além de denunciarmos a ausência, e demandarmos do governo, a oferta de educação escolar dentro do Quilombo Bombas, em Iporanga, sem necessidade dos estudantes terem que se mudar para a cidade após concluírem os anos iniciais do Ensino Fundamental. Depois de sucessivas solicitações infrutíferas à Secretaria de Educação, a alternativa foi o ajuizamento de uma Ação Civil Pública em face ao estado, pela Defensoria Pública do Estado- Regional Vale do Ribeira. Hoje ainda há muito a ser melhorado, no território em questão, por exemplo, mesmo após ação judicial obrigar o poder público a construir estrada de acesso à comunidade, tal decisão ainda não saiu do papel; porém, no caso da educação supramencionado, os estudantes são atendidos na própria comunidade, sem necessidade de residirem na cidade.

No ano de 2017, o governo do estado extinguiu o Conselho Estadual de Educação, a partir de uma reestruturação da Secretaria de Educação, deixando-o sem amparo legal. Mais uma vez o povo quilombola tem o seu acesso privado a um importante espaço de diálogo conquistado, através de uma ação que desrespeita totalmente o direito à consulta livre, prévia e informada das comunidades quilombolas, conforme prevê a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho, cujo Brasil é signatário desde 2003. Ao certo que o nosso foco aqui não é o aprofundamento em um único ponto, mas todos aqueles aqui apresentados são essencialmente necessários, pois compõem um todo que evidencia o processo de resistência das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Ademais, o que até agora tentamos evidenciar foram as investidas do movimento social quilombola na busca de instituição de políticas públicas. Em todos os casos citados, as proposituras estão no âmbito da militância, porém ancorada nas questões normativas e de instituição de dispositivos legais, que se tornem políticas de estado, não ações de governo.

¹² BOTÃO, U.; SILVA, S.(orgs). **Narrativas quilombolas**: dialogar, conhecer, comunicar. São Paulo: IMESP, 2017.

DIRETRIZES DE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: NECESSIDADE E URGÊNCIA

Se de um lado, mesmo sendo exaustivas, concebemos necessárias às nossas proposituras e investidas contra as ações do estado, com foco nas políticas estaduais; de outro, se tratando da rede municipal de ensino de Eldorado, as ações, para além de essenciais, tornam-se a cada dia mais urgentes. As escolas quilombolas¹³ deste contexto são as que mais demoram a receber reformas quando necessário; muitos dos materiais são reaproveitados de outras unidades de ensino; há vasto histórico de morosidade na contratação de docentes, deixando estudantes sem aula por mais de uma semana no início do ano letivo, entre outros problemas de infraestrutura. Ao pensarmos as questões pedagógicas e da docência, na lista de demandas temos a inexistência de programa de formação continuada de docentes na temática quilombola ou de Educação para as relações étnico-raciais, a ausência de plano de carreira do magistério, a não facilitação de promoção de estudos de campo nas comunidades, as ausências de currículo e de trabalho com direcionamento às aprendizagens significativas contextualizadas a partir da realidade dos estudantes. Se continuarmos, a lista, com certeza ocupará mais algumas linhas deste escrito; mas isso não quer dizer que não existam ações contracoloniais sendo realizadas na rede municipal de ensino de Eldorado. Nos últimos anos, com a pequena inserção de docentes quilombolas e aquilombadas, através de processo seletivo por tempo determinado, há um aumento das provocações e um deslocamento das gestões municipal e escolar e de docentes quanto ao pensar e realizar práticas pedagógicas voltadas à Resolução CNE/CEB nº 08/2012 e Lei 10.639/2003, no entanto, ainda sem uma regulamentação municipal que assegure, ou mecanismos que compilem e sistematizem tais práticas.

¹³ Ao tratarmos de questões curriculares e de estrutura, falamos aqui de todas as escolas municipais que atendem estudantes quilombolas. Ao pensarmos em práticas pedagógicas e gestão escolar, estamos nos referindo às Escolas Municipais de Ensino Infantil e Fundamental (EMEIs) localizadas nos quilombos André Lopes, Nhunguara, Ivaporunduva, São Pedro, Galvão e Sapatú, que mesmo estando em territórios distantes e diferentes, compartilham a mesma diretora e mesma coordenadora pedagógica.

Nosso foco aqui nessa parte é apresentar, de forma mais detalhada, um panorama sobre o processo de criação de Diretrizes Municipais de Educação Escolar Quilombola, mas sem deslocá-lo de um campo macro, que envolve um histórico de negações e ausências das estruturas públicas educacionais às comunidades quilombolas. Se há algumas décadas a luta era pela construção das escolas em nossos territórios, conduzida pelos nossos mais velhos e mais velhas, letrados na roça; as gerações mais atuais apontam a continuidade dessa luta.

Esse movimento envolve diferentes gerações, que compartilham conhecimentos, saberes e ao mesmo tempo compõem as táticas de resistência para permanência nos territórios (DIAS, 2020, p 98). Ao serem resultado desse processo de reivindicações e proposições de políticas públicas educacionais, agregam novos olhares na constituição do movimento quilombola (SOUZA, 2008, p.164), aliam-se às gerações passadas, ouvindo as experiências, sendo aconselhados e, ao mesmo tempo, interpretando e atuando junto às questões burocráticas, que sempre foram impostas, propositalmente como tabu ao nosso povo.

No campo da educação escolar, sabemos que a prerrogativa de implementação de tais políticas é do estado, porém não é exclusiva dele. Concordando com Nilma Lino Gomes (2019), as demandas são “discutidas, pleiteadas e acompanhadas pela população, pelos organismos políticos, internacionais, pelos movimentos sociais, pelos sindicatos, pelas associações e por outros coletivos da sociedade”(GOMES, 2019, p.145); dessa forma, o movimento social quilombola vai se organizando e tomando a dianteira para a reivindicação de tais políticas.

Em junho de 2021, um grupo de docentes e lideranças quilombolas tomou a iniciativa de chamar uma reunião com a diretora do Departamento Municipal de Educação, visando iniciar diálogo com objetivo de criação de Diretrizes Municipais de Educação Escolar Quilombola. Após iniciado, por uma série de questões, a agenda ficou paralisada e só foi retomada em outubro de 2022, quando realizou-se a segunda reunião, já com a presença de defensor público e psicóloga, representantes da Defensoria Pública do Estado- Regional Vale do

Ribeira, que tem acompanhado todo o processo, a convite do movimento quilombola. Nesse encontro, o avanço foi a propositura de criação de um Grupo de Trabalho, composto por representantes do poder público municipal, movimento quilombola e instituições parceiras, institucionalizado via normativa municipal, para direcionamento dos trabalhos, que passaram a ser realizados, praticamente uma vez por mês.

Na reunião de fevereiro de 2023, criamos, discutimos e aprovamos o texto e em março, o prefeito promulgou o Decreto Municipal nº 1157/23, que dispõe sobre a criação de Grupo de Trabalho para estudo e debates visando a elaboração de diretrizes curriculares para a educação escolar quilombola na rede municipal de ensino da Estância Turística de Eldorado. Tal normativa incluiu, além de representações das associações quilombolas, membros da Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ), do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (CACS FUNDEB), Defensoria Pública Estadual, Conselho municipal de educação, docentes, coordenadoras pedagógicas, diretoras de escolas e diretora do departamento municipal de educação. Eis que tal ato normativo, mesmo parecendo simples, diz muito a respeito da necessidade de regulamentar ações no âmbito jurídico. Nos meses seguintes, as atividades passaram a ser direcionadas à preparação de uma audiência pública, cujo objetivo foi o de atualização e levantamento de demandas educacionais para composição de texto visando o estabelecimento de Diretrizes Municipais de Educação Escolar Quilombola.

Cada representação ou segmento se responsabilizou por uma ou mais tarefas, a saber a escolha e organização de pessoas para realizar o credenciamento, conferencista para a mesa de abertura, convites para diferentes autoridades e representantes de universidades, apresentação do evento, organização do espaço, escolha e orientação de integrantes da mesa receptora, elaboração de formulário de inscrição, entre outras.

Cada reunião integrou, também, um processo formativo à docentes e gestores(as) da rede municipal em relação à temática quilombola. Em 20 de

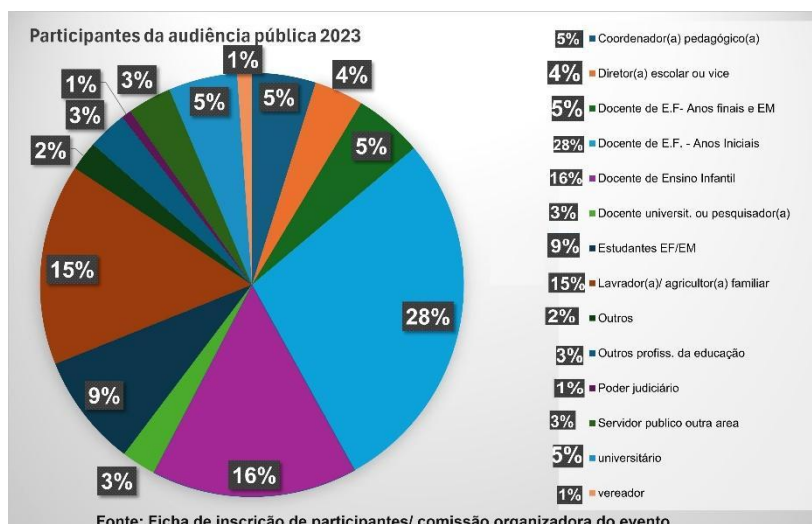
outubro de 2023 o evento¹⁴ foi realizado no centro do município e contou com mais de 270 pessoas, incluindo lideranças de comunidades/associações quilombolas de Eldorado, Jacupiranga, Itaóca, Iporanga e Iguape, pais, mães e outros responsáveis por estudantes, professores, diretores, estudantes secundaristas e estudantes universitários, a juíza da comarca de Eldorado, o prefeito, vereadores, promotores de justiça, membros da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (Regional Vale do Ribeira), coordenadores da CONAQ, do Coletivo de Educação da CONAQ, da Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras do Vale do Ribeira (EAACONE), Comissão Nacional de Educação Escolar Quilombola (CONEEQ), Coletivo Mulheres Quilombolas na Luta¹⁵, Centro de Inclusão Educacional (Secretaria de Estado de Educação), Instituto Socioambiental, Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira-SP (COOPERQUIVALE), Grêmio Estudantil da Escola Estadual Maria Antonia Chules Princesa e Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira.

Gráfico 1: Perfil de participantes da audiência pública no ano de 2023

14

<https://conaq.org.br/noticias/audiencia-publica-em-sp-recebe-mais-de-270-pessoas-para-discussoes-sobre-educacao-escolar-quilombola/> acessado em 02 de junho de 2024.

¹⁵ O Coletivo Mulheres quilombolas na Luta é um movimento que congrega mulheres de 4 territórios (São Pedro, Ivaporunduva, Galvão e Nhunguara), que se reúnem mensalmente para formação em diversos temas como política, enfrentamento às opressões de raça, classe e gênero e todas as formas de preconceito. Diz de um movimento de dentro, que fala para mulheres de dentro. É um “nós por nós”, essencial não só para o fortalecimento da mulher, mas dos territórios.



Fonte: Elaborado pela comissão organizadora da audiência, 2023, sem publicação

O gráfico evidencia a presença de diversos segmentos e suas representações, no entanto, alguns dados carecem de atenção maior e uma rápida discussão. O percentual de vereadores só chegou a 1% porque participaram também parlamentares do município vizinho, Iporanga. Já a categoria “outros profissionais da educação- 3%” agregou motoristas, auxiliares, e outros do campo não pedagógico, mas que atuam na prestação de serviços escolares. Se somadas as categorias de docência na Educação Básica, 49% dos presentes atuam em sala de aula e tal percentual só foi elevado devido a solicitação dos movimentos e instituições ao Departamento Municipal de Educação para a convocação desses profissionais. Além disso, outros 9% se identificaram como membros de equipe gestora (coordenador/a ou diretor/a). E, por fim, mesmo não presente no gráfico, vale ressaltar que, as inscrições apontaram que 41% dos presentes se identificam como quilombolas, 1% pertence a outros povos ou comunidades tradicionais e a maioria, 58% não se identificou como quilombola ou pertencente outro segmento de povos e comunidades tradicionais.

Quanto à dinâmica da audiência, primeiramente ocorreram as inscrições, de forma online, e no dia, a confirmação ocorreu presencialmente nas mesas de credenciamento. Em seguida, ocorreram as falas das lideranças comunitárias, de movimentos, instituições e demais autoridades. Logo após, na conferência de abertura, o professor palestrante do movimento quilombola

trouxo o histórico de construção das ações e evidenciou as graves falhas do estado e do município em relação ao atendimento às comunidades quilombolas, relacionando, inclusive, demandas atuais que já haviam sido denunciadas no ciclo de audiências públicas sobre educação diferenciada, ocorrido no ano de 2015, na região. Após isso, membros do Grupo de Trabalho criado para direcionamento da pauta, juntamente com docentes pesquisadores/as das universidades¹⁶, convidados/as a colaborar na coordenação dos GTs, dividiram os participantes em cinco grupos, para discussões por eixo temático: Eixo 1- Formação Docente e gestão participativa, Eixo 2- Currículo diferenciado e Projeto Político Pedagógico, Eixo 3- Monitoramento, fiscalização e movimentos sociais, Eixo 4- Infraestrutura, alimentação escolar e transporte e Eixo 5- Juventudes e infância quilombola e educação. Após discussões em cada GT, os resumos das demandas foram expostos à plenária e o conteúdo mais denso apresentado via relatório por um(a) relator(a), uma semana depois. Vale ressaltar que o foco aqui não é adentrar nas discussões dos eixos temáticos, sugerido para outra possibilidade de escrita, mas sim pontuar o processo de realização.

Após a audiência pública, em formato online e de forma colaborativa, as demandas foram incluídas no texto da minuta, que já tinha como base as Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Eis que o novo texto fora finalizado e submetido à docentes, lideranças comunitárias, advogados e gestores escolares, e posteriormente protocolado, em mãos ao prefeito municipal¹⁷. A propositura aguarda análise jurídica e relatório de impacto financeiro, mas vem sendo acompanhada, tanto pelas associações e membros do Coletivo Nacional de Educação da CONAQ, quanto pela Defensoria Pública Estadual. Ao certo que, conforme previamente pontuado aqui mesmo neste escrito, a criação da lei ou de qualquer dispositivo legal não garante a

¹⁶ Colaboraram no processo, de forma presencial, docentes/pesquisadores(as) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Federal do ABC (UFABC), Instituto Federal da Bahia, Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

¹⁷ Ver <http://conaq.org.br/noticias/professores-as-entregam-ao-prefeito-de-eldorado-sp-documento-que-define-as-diretrizes-curriculares-municipais-para-a-educacao-escolar-quilombola/> Acessado em 13 de junho de 2024.

implementação, de fato, de uma política, além disso, caso fosse de interesse da gestão municipal, passos maiores em direção a apresentação do texto em formato de projeto de lei na câmara, já teria ocorrido, por parte do executivo; no entanto, o movimento aqui apresentado, constitui-se como um ato de desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008, p.290), inserido num campo maior, que DIAS (2020, p.153) denomina projeto político epistêmico quilombola, que visa o deslocamento do município para a temática. Muito há, ainda, a ser melhorado, porém, ao retomarmos o histórico recente, mesmo aqui neste escrito, poderemos perceber que a esperança vem da luta e resistência dos movimentos sociais, expressadas através de demandas, que visam uma outra concepção de sociedade, igualitária e que garanta os direitos essenciais a todos e todas.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: PARA NÃO ENCERRAR A PROSA...

Ao considerar que a temática não se esgota com este escrito, e muito menos este é o objetivo, ponderamos que as nossas considerações são parciais, possibilitando um desencadear de ideias, a partir deste texto. Dessa forma, trouxemos aqui um pouco do histórico da educação escolar e da educação escolar quilombola em comunidades do Vale do Ribeira, com foco no município de Eldorado, refletindo sobre políticas estaduais e propositura de política pública municipal de educação. As reflexões se deram, a partir de três campos, que ao mesmo tempo se interligam: avanços, desafios e perspectivas futuras.

No campo dos avanços, podemos pensar numa série de ações aqui apresentadas, porém sem dissociá-las do principal, que é o território coletivo ancestral. Sem ele não há educação, não há luta nem resistência, e é nele que se inscrevem os saberes e encontra-se nossa força e sabedoria para o enfrentamento cotidiano às opressões que recaem sobre o povo negro e quilombola; dessa forma, pensando nos desafios, nós comunidades quilombolas também somos desafiadas a criar, internamente, formas de gestão territorial, que são as associações; e ao mesmo tempo, externamente,

táticas de resistência, que vão desde a busca por apoio institucional até a propositura de dispositivos legais para garantia de direitos negados pelo estado brasileiro. É dessa forma que surgem as diversas frentes de luta dos nossos movimentos sociais quilombolas pelo território, pela saúde, pela educação, pelo direito ambiental, entre outras, e nelas é que vão se inserindo docentes, advogados, gestores, pedagogas, entre outros, frutos das primeiras reivindicações de políticas de inclusão no ensino superior, por parte dos movimentos quilombola e movimento negro.

No campo das perspectivas futuras, por fim, é necessário consultarmos os avanços e experiências, entendermos os desafios passados para então propormos. E é nesse contexto que emergem as nossas necessidades e urgências, na educação escolar quilombola. Na escola estadual as proposições chegam à equipe gestora, através de lideranças comunitárias, como provocações a promover, aos alunos, estudos de campo nas comunidades quilombolas locais, ou a incentivar a participação dos docentes em cursos ofertados pelo movimento social quilombola; uma vez que instituição de políticas públicas de estado ou até mesmo de governo são quase que incogitáveis na atual gestão estadual, haja visto o posicionamento de extrema direita, que não reconhece e massacra as minorias, entre elas, nós povos e comunidades tradicionais. Dessa forma, a tática de atuação tem ocorrido entre o movimento quilombola, a gestão escolar e profissionais engajados, atuantes ou não no espaço escolar.

Ainda no campo das perspectivas futuras, mas em âmbito municipal, a tática tem sido a provocação às práticas pedagógicas já existentes, geralmente executadas quando há a presença de docentes quilombolas ou aquilombadas e a busca pela implementação de legislação específica. A efetivação de diretrizes municipais possibilitará o desenvolvimento de um currículo diferenciado, não no sentido de abandono do que está posto como conhecimento, mas no campo de convergência e do agregar outros saberes aos já existentes. Um currículo que valorize a cultura das nossas comunidades quilombolas e que o estudante se auto reconheça no seu processo formativo, com estrutura que possibilite a formação docente e aproximação com o contexto quilombola,

visando criação e ampliação de práticas pedagógicas antirracistas e emancipadoras.

Atualmente, para além do campo escolar, há um maior número de jovens ingressando nos cursos de ensino superior e de adultos em programas de pós-graduação, em relação aos últimos anos. Além disso, o movimento vem construindo, junto a uma Universidade Federal, a implementação de uma licenciatura em Educação Escolar Quilombola- Pedagogia para quilombolas, dentro de uma das comunidades. Aliado a isso estão a produção de livros, artigos e outros materiais, além da ocupação de espaços em níveis local, regional, estadual e federal, como conselhos, instituições governamentais e movimentos sociais.

Parece pouco e pode até ser, perante o atraso que fomos colocados enquanto povo negro quilombola; mas nosso movimento, se considerarmos um contexto maior, com certeza continua em contraponto e fazendo frente a histórica supressão de direitos e se fortalece na experiência, esperança e resistência quilombola, pautada na luta cotidiana, junto com as lideranças mais velhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: *Letramento*, 2018

AMÉRICO, Márcia C. **Ivaporunduva e Macuanda**: estudo etnográfico sobre educação, trabalho e modos de sociabilidade. Tese (doutorado) em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2015. 323f.

BERLANGA, Maria Sueli. Luta pelo território é marca intrínseca do povo quilombola. In:____ **INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL**. Dossiê Sistema agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira-SP: volume II. [s.l.:s.n], 2017. 173p. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_relac1\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_relac1(1).pdf). p. 218-252.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: *Centro Gráfico*, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 26 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4887**, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Regulamenta o procedimento para identificação[...], Brasília, DF, nov. 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm> Acesso em: 26 jul. 2019.

CARRIL, L. F. B.: **Terras de Negros no Vale do Ribeira**: Territorialidade e Resistência. Dissertação (mestrado) em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. 220 p.

CARVALHO, Maria Celina P. **Bairros negros do Vale do Ribeira**: do “escravo” ao “quilombo”. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2006. 211p.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Afrodescendência e espaço urbano. In: CUNHA JUNIOR, Nome; H; RAMOS, Maria Estela R. (org.). **Espaço e afrodescendência urbano**: estudo da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas. Fortaleza: *Edições UFC*, 2007. p. 62-87.

DIAS, Luiz Marcos de França. **Comunidades quilombolas em territórios coletivos do Vale do Ribeira (SP)**: saberes da roça em construção de um projeto político epistêmico. Dissertação (Mestrado) em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2020. 172p.

DUSSEL, Enrique. Trans modernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n.1, p.51-73, Jan.-Abr., 2016. FIORAVANTI, C. Com os pés fincados na história. *Revista Pesquisa*. Fapesp, São Paulo, p. 74 - 81, 12 jun. 2015.

GOMES, N. L. O movimento negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 11, n. Ed. Especial, p. 141–162, 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/687>. Acesso em: 13 jun. 2024.

GOMES, Nilma. Lino. Intelectuais negros e produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: *Cortez*, 2009 p. 496.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. Tradição viva. In: **História geral da África I**. ZERBO, J.K (org.). Brasília: *MEC/Unesco*, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: *Cobogó*, 2019

LUIZ, Viviane M. **O Quilombo Ivaporunduva a partir do enunciado de suas crianças**: participação infantil no cotidiano da vida em comunidade. Dissertação (Mestrado) em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2012.

LUIZ, Viviane M; AMÉRICO, Márcia C. Organização das mulheres quilombolas do Vale do Ribeira: ativismo social e político e as contribuições de bell hooks. In: **Educação emancipatória**: perspectivas teóricas e práticas na diversidade. Ana Paula Galante Martinhago (Org.)1.ed. Campinas -SP: *Apparte*, 2021, 42-62.

MIGNOLO, Walter. La Idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial. Trad. de Silvia Jawerbaum y Julieta Barba. Barcelona: *Editorial Gedisa*, 2007. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Traduzido por Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF** - Dossiê: Literatura, língua e identidade, n. 34, p. 287-324, 2008

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005

NASCIMENTO, Lisangela K; TEIXEIRA, Gabriel da Silva. **Comunidades tradicionais e educação escolar diferenciada no Vale do Ribeira: violações de direitos e conflitos**. São José do Rio Preto, SP: *Balão Editorial*: 2020

NASCIMENTO, Lisangela. K. **Identidade e Territorialidade: os quilombos e a educação escolar no Vale do Ribeira**. 2006. Dissertação (Mestrado) em Geografia, Universidade de São Paulo, 2006. 159 p.

PAZ, Maura R.P. História da escola Chules Princesa e a luta por uma educação diferenciada. **Comunicações**, n.1, 2014, p.55-66

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: *Almedina*, 2009. p.73-117.

SÃO PAULO. **Decreto nº 45.624**, de 15 de janeiro de 2001. Dispõe sobre a criação de unidades escolares na Secretaria da Educação e dá outras providências correlatas. São Paulo: SEESP, 2001.

SILVA, Elson Alves da. **A Educação Diferenciada para o Fortalecimento da Identidade Quilombola: Estudo das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira**. Dissertação (Mestrado) em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. 127p.

SILVA, Givânia Maria da. **Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de conceição das crioulas**. Dissertação (Mestrado) em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2012. 199p.

SILVA, Givania Maria da; SOUZA, Bárbara Oliveira. **Quilombos e a luta contra o racismo no contexto da pandemia**. *Ipea*, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10529> acesso em 05 de junho de 2024.
SOUZA, Barbara Oliveira. **Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil**. Curitiba: *Terra de Direitos*, 2018.

STUCCHI, Deborah et al. **Laudo Antropológico: Comunidades Negras de Ivaporunduva, São Pedro, Pedro Cubas, Sapatú, Nhunguara, André Lopes, Maria Rosa e Pilões- Vale do Rio Ribeira de Iguape -SP**. Ministério Público Federal em São Paulo. São Paulo, 1998.